

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

PENSAMENTOS FEMINISTAS NEGROS COMO APOIO DIDÁTICO PARA DOCENTES: por uma educação antirracista nas aulas de história do ensino fundamental

BLACK FEMINIST THOUGHTS AS TEACHING SUPPORT FOR TEACHERS: for an anti-racist education in elementary school history classes

Hellen Pabline Leal Conceição¹
Joseanne Zingleara de Soares Marinho²

RESUMO

O trabalho apresenta possibilidades de diálogo com os pensamentos feministas negros, na perspectiva da educação antirracista, como instrumento teórico-metodológico para o ensino fundamental de História. Partimos do arcabouço teórico de intelectuais negras e das vivências proporcionadas pelo curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), para dialogar com parte teórica do material didático desenvolvido como proposição dissertativa, direcionado às/aos professoras/professores da educação básica pública e privada, construído a partir dos estudos desenvolvidos pelas professoras e pesquisadoras Lélia Gonzalez e Letícia Nascimento.

Palavras-chave: Pensamentos Feministas Negros; Ensino de História Antirracista; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Raça e Gênero.

ABSTRACT

The research presents possibilities for dialog with black feminist thoughts, from the perspective of anti-racist education, as a theoretical-methodological instrument for elementary history education. We draw on the theoretical framework of black intellectuals and the experiences gained through Master's course of the Postgraduate Program in History Teaching called ProfHistória, at the State University of Piauí, to dialogue

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-graduanda no Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESPI). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Professora da Educação Básica na Rede Privada de Teresina-PI. E-mail: pablinecx@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atuando como docente no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESPI) e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br.

with the theoretical part of the didactic materials developed as a dissertation proposal, aimed at teachers in both public and private basic education, built on the studies developed by professors and researchers Lélia Gonzalez and Letícia Nascimento.

Keywords: Black Feminist Thought; Antiracist History Teaching; Middle School Early Years; Race and Gender.

1 INTRODUÇÃO

O texto apresentado foi construído a partir das vivências proporcionadas pelo curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Alexandre Alvez de Oliveira, que tem como parte da proposição dissertativa, a elaboração de um material didático. Dessa forma, foi realizado a construção de um Caderno de Atividades intitulado “PENSAMENTOS FEMINISTAS NEGROS NAS AULAS DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA (1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL)”, fruto dos estudos desenvolvidos acerca das possibilidades teórico-metodológicas que os pensamentos feministas negros oferecerem ao ensino de história para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Elaborado para ser lido por professoras e professores, as sugestões e teorias apresentadas podem ser pensadas e adaptadas para as áreas de humanidades dos anos seguintes do ensino básico público e privado.

A fim de promover uma reflexão acerca da importância de conhecer perspectivas feministas negras para o exercício do nosso ofício e práticas teórico-metodológicas enquanto professoras/professores-historiadoras/historiadores, fizemos a escolha de quatro pensadoras negras para a composição do Caderno de Atividades, são elas: a africana Chimamanda Ngozie Adichie, a estadunidense bell hooks, a brasileira Lélia Gonzalez e a também brasileira, do Piauí, Letícia Nascimento. Dividido em quatro capítulos temáticos, sobre cada uma das autoras, é possível conhecer sobre suas trajetórias de vida e contribuições para a construção do conhecimento. Essas autoras elaboraram discussões e conceitos ao longo de seu caminhar, por isso, diante das diversas possibilidades analíticas, utilizaremos alguns deles para dialogar acerca do aporte teórico oferecidos por essas pensadoras negras. O Caderno de Atividades, em formato *ebook*, contém sugestões de atividades e recursos audiovisuais que podem ser pensados e realizados em sala de aula a partir dessas discussões, como atividades com a utilização de bonecas *Abayomi*, perguntas dissertativas, sugestões de livros infantojuvenis,

vídeos, músicas, jogos, contação de histórias, perfis de redes sociais e leituras acadêmicas que orientam para uma educação antirracista.

Aqui, optaremos pelo aprofundamento nas discussões proporcionadas pelas intelectuais negras brasileiras Lélia Gonzalez e Letícia Nascimento. Usaremos essas intelectuais como suporte para pensar um ensino de história antirracista, mas ao longo do Caderno de Atividades também é possível encontrar outras referências de pensadoras negras e suas produções de pensamento.

2 PENSAMENTOS FEMINISTAS NEGROS E ENSINO DE HISTÓRIA

O conhecimento acadêmico, por muito tempo, privilegiou um determinado tipo de saber e de sujeito, colocando à margem histórias e pessoas que hoje compreendemos que também fazem parte do que chamamos de História. Essa construção do conhecimento repercutiu ainda na organização dos conteúdos legitimados como o saber escolar. Dentre esses saberes estão os pensamentos feministas negros, que passaram a receber maior reconhecimento público nas universidades e nas escolas apenas nas décadas que sucederam os anos 1980 no Brasil (Soihet; Pedro, 2007). O homem heterossexual, sem deficiências, branco, europeu e de elevada condição financeira era o sujeito ao qual a História se detinha, sendo ele próprio escritor da narrativa tida como verdadeira e oficial; uma História única que falava de si e pra si.

Movimentos crescentes de luta e legitimação de direitos sócio-políticos por grupos feministas reivindicaram o lugar das mulheres nas discussões históricas. A filósofa Simone de Beauvoir (2019, p. 11), em 1949, diz que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ao tratar “sexo” enquanto característica biológica e “gênero” como construção social, desafiou ideias que ainda não tinham sido questionadas de forma a ganhar notoriedade no espaço público. Entretanto é importante entender que as movimentações históricas feministas irão atribuir, ao longo do tempo, diferentes significações às ideias de “sexo biológico” e de “gênero”, portanto, são movimentos plurais.

A estudiosa Linda Nicholson (1999) comenta que, no final da década de 1960, a distinção entre feminino e masculino ocorria por meio de fatores biológicos. A existência do sexo biológico era o fator usado pela sociedade para distinguir o masculino do feminino. Para a autora, essa ideia é limitada, pois leva a um entendimento de que há “dados” fisiológicos que

são usados de formas semelhantes em todas as culturas para distinguir as mulheres dos homens. Nicholson (1999) alerta que análises que seguem essa lógica não dão conta de explicar aquelas/aqueles que fogem da norma. Dessa forma, uma das problemáticas manifestadas por militantes era questionar um feminismo que estava sendo desenvolvido e reivindicava direitos que atendiam apenas às demandas de mulheres brancas, heterossexuais, sem deficiências, europeias, de classe média, o que chamamos de feminismo hegemônico.

Questionou-se a falta de representatividade dentro do próprio movimento feminista, em pautas que não contemplavam as mulheres não brancas, sem homens, sem filhos, lésbicas, trans, pobres etc., que temos como foco, para pensar as lutas contra o silenciamento público, inclusive acadêmico, que invisibilizou diversas formas de (r)existências. De Mulher, passou-se a estudar as Mulheres, no plural, observando agora a raça/etnia, classe, geração, sexualidade etc. Diante de tantos marcadores é importante dialogar com o conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019), pois as desigualdades não acontecem sozinhas. Da mesma forma, não podemos falar de luta de mulheres, de movimentos feministas, no singular, pois é importante entender as camadas que tocam essas lutas.

Na movimentação de mulheres nos anos finais do século XIX na Europa, por exemplo, de reivindicação de direitos cívicos no âmbito público, como participação no voto e legitimidade da administração de bens e fortunas, as demandas eram voltadas principalmente às mulheres brancas de classe social mais abastada. Apesar de, na prática, essas mulheres serem subordinadas a seus maridos e pais, elas não eram coisificadas como as mulheres negras. Nos anos do século XIX, no Brasil, pela lei, as mulheres negras sequer eram consideradas como seres humanos no contexto escravista. É importante atentar também para o fato de que as mulheres brancas pobres, assim como as moradoras do campo, ainda recebiam o gozo da humanidade e não eram tratadas legalmente como propriedade e objeto de outrem, recebiam, assim, algum nível de privilégio social (Silva, 2019). Homens negros também eram subjugados à posição de escravizados e não recebiam os mesmos privilégios sociais e econômicos destinados ao homem branco.

Para refletir acerca do conceito de interseccionalidade, é interessante pensar a frase “E não sou uma mulher?”, atribuída a um discurso improvisado associado à figura de Sojourner Truth, no ano de 1851. O discurso indica que no século XIX mulheres negras já denunciavam a invisibilização sofrida em suas pautas e existências sociais. Sojourner Truth lançou uma problemática à universalização da categoria “mulher” e evidenciou a diferença de tratamento

recebido pelas mulheres negras, inclusive em relação à conquista de direitos políticos, como o de serem reconhecidas em suas humanidades:

[...] Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? [...]. (Ribeiro, 2017, p. 20-21)

Em sua denúncia, além de questionar a “mulher” enquanto versão inferior e menos capacitada intelectualmente em relação ao homem, a ativista negra também questiona o tratamento recebido por mulheres negras, que não eram vistas como sujeitas merecedoras de algum tratamento especial, como a gentileza de receber ajuda ao subir em uma carruagem. A fala da ativista fornece indícios de que é necessário pensar a mulher atravessada pelas categorias de raça e classe, já que, enquanto escravizada, demonstrou um olhar acerca dos direitos das mulheres que iam além dos manifestados pelas feministas brancas da convenção que participava, levando a refletir que há várias possibilidades de ser mulher e que o debate também precisava ser visto e discutido pelas mulheres brancas, pelos homens negros e pelos homens brancos.

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) ajudou a aprofundar essa perspectiva ao dizer que o lugar em que nos situamos irá definir nossas interpretações sobre os fenômenos do racismo e do sexismo. A autora entende que a articulação de ambos produz efeitos violentos para a população negra, mas principalmente para a mulher negra. Lélia Gonzalez examina a misoginia dos homens brancos, assim como identifica esse problema dentro do próprio movimento negro por parte dos homens negros. Também faz um paralelo ao identificar que a experiência histórica comum do racismo atravessa muito mais mulheres e homens negros em suas pautas, ligando-os e contemplando as necessidades das mulheres negras mais ao movimento negro do que ao feminismo hegemônico. A pensadora exemplifica: a exploração do trabalho doméstico exercido por mulheres negras permitiu que muitas mulheres brancas fossem “liberadas” para se engajar na luta “das mulheres”.

Desta forma, vemos a complexidade do pensamento feminista negro. Entender que mulheres negras e homens negros vivenciam a sociedade de uma forma diferente de mulheres brancas e homens brancos contribui para o avanço das discussões dos movimentos negros e também dos movimentos de mulheres. Por isso, é importante conhecermos os pensamentos de intelectuais negras, em prol de uma sociedade mais igualitária para todas e todos. Para discutir, inclusive, a presença de pessoas negras e sua pluralidade de existir, ou a sua falta, na história oficial do Brasil, o que exige-nos pensar o ensino de História.

A historiadora Maria Aparecida da Silva (2021), ao pensar o livro didático, traz a contribuição do movimento negro ao denunciar e questionar o estereótipo racista e a subalternização das/dos personagens negras/negros. A denúncia também contestou de que forma essas representações afetavam crianças e adolescentes negras/negros, assim como também afetavam a formação das crianças brancas. Para o primeiro grupo, a autora explica, discutiu-se a destruição da autoestima, já ao segundo grupo, a solidificação de um imaginário de inferioridade da sujeita/sujeito negra/negro, interferindo em ambos os grupos, na limitação da diversidade étnico-racial e cultural humana.

A luta do movimento negro adentra territórios institucionais e educacionais em busca de políticas de natureza reparatória e compensatória; como exemplo temos a Lei 10.369/2003 e a Lei 11.645/2008, a primeira institui a obrigatoriedade da temática sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira, já a segunda aprofunda as análises de constituição do Brasil, instituindo nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

As demandas exigidas por diversos grupos e movimentos feministas (indígenas, LGBTQIAPN+, movimento negro, feminista negro, transfeministas, por exemplo) trouxeram impasses, atribuindo um caráter incompleto à disciplina História. Tanto o homem quanto a mulher são produtos de um meio social, por isso, sua condição é variável (Soihet; Pedro, p. 2007). Consequentemente, as disputas em torno da noção de humanidade perpassam nossas concepções de sociedade e de criança, assim como o que entendemos por educar. Com o auxílio de Carolina Pinho e Elisa Amaral (2022, p. 120), compreendemos a educação como:

processo de transmissão e apropriação por cada indivíduo do patrimônio cultural, intelectual e social desenvolvido pela humanidade. Essa apropriação produz em nós a humanidade que foi construída coletivamente por nossa espécie e que vem sendo repassada de geração em geração, proporcionando nossa reprodução material e intelectual. [...] Esse é um processo de formação do indivíduo, mas também do

coletivo, uma vez que permite ao indivíduo se entender como sujeitos e se inserir na sociedade.

Desta forma, é possível perceber como os conhecimentos produzidos por pensadoras negras englobam orientações e considerações que podem ser utilizadas em nosso fazer enquanto educadoras/educadores e comunidade escolar, sendo um desses articuladores pensar em nós enquanto coletivo (Moraes, 2021). Para colaborar com a formação de sujeitas e sujeitos plenos de humanidade que se sintam encorajadas/encorajados para a transformação. O antirracismo na escola não deve ser entendido apenas como respeito ou a simples tolerância às diferenças, mas, sim, enquanto impulsionador de mudanças reais nas estruturas sociais.

3 APORTES TEÓRICOS PARA PENSAR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Diante do contato com a rica produção intelectual negra em variadas áreas de conhecimento, defendemos que os pensamentos feministas negros elaboram discussões revolucionárias que podemos utilizar para pensar um ensino de história antirracista, que promova a capacitação de sujeitas/sujeitos, e assim promover mudanças sociais tendo como objetivo uma sociedade livre. Nossas práticas pedagógicas seriam mais ricas se incorporássemos epistemologias, contribuições de intelectuais negras em nosso repertório de compreensão de mundo, humanidade e educação. Dessa, forma, nos debruçaremos sobre algumas interlocuções possíveis a partir dos pensamentos desenvolvidos por Lélia Gonzalez e Letícia Nascimento.

Em Lélia Gonzalez, professora, pesquisadora e militante brasileira, temos interessantes estudos para pensar nossa atuação em sala de aula. Cunhou ideias como a de *Amefricanidade*, ao entender que a chamada América Latina é muito mais ameríndia e amefricana. A partir de sua análise, a categoria *amefricanidade* nos permite ultrapassar as limitações territoriais, linguísticas e culturais, ao possibilitar um entendimento mais profundo e amplo dessa parte do mundo em que se manifesta a América (seja a do Sul, Central ou do Norte). Os *amefricanos* seriam as sociedades desenvolvidas no espaço compreendido como *Améfrica*, que possuem um conjunto de experiências em comum, diferentes daquelas vivenciadas pelos africanos que permaneceram no continente África, sem cair em um reducionismo histórico, que traçaram resistências e lutas contra a violência em meio aos sistemas de dominação racistas. Portanto, segundo Lélia González (2020, p. 138),

já na época escravista ela se manifesta nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos *quilombos*, *cimarrones*, *cumbes*, *palenques*, *marronages* e *marron societies*, espreiadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. E mesmo antes da chamada América pré-colombiana, ela já se manifestava, marcando decisivamente a cultura dos olmecas, por exemplo. Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: *amefricanos*. (grifos da autora)

É pensando nos traços em comum diante de uma experiência dos sistemas de racismo e, principalmente, nas resistências e reinterpretações promovidas pelas pessoas negras e indígenas – na dança, na língua, na música, nas organizações políticas, nas roupas, nos cabelos etc. –, que Lélia Gonzalez propõe o conceito de *amefricanidade*, ao se referir à experiência comum entre mulheres e homens negras/negros do processo de diáspora, assim como mulheres e homens indígenas e suas lutas contra a dominação colonial. Seu conceito propõe pensar todos os brasileiros, pois a presença de africanidade prevalece em nossas formações culturais.

Ao falar que a luta das pessoas negras se estabelece de forma diária, que desde o processo de escravização no Brasil já haviam diversas manifestações de resistências, a autora nos permite humanizar e reconhecer de forma positiva essa história que muitos grupos querem esquecida (Cardoso, 2014). Propõe que sejamos sujeitas/sujeitos do nosso próprio discurso, pois só na prática é possível perceber, construir, reconstruir nossa identidade. O pensamento de Lélia Gonzalez nos possibilita pensar as contradições internas das desigualdades raciais, desloca sujeitas/sujeitos negras/negros e indígenas para o centro da história, ao mesmo tempo em que propõe um olhar para si, para esse retorno necessário, de reconhecimento, da nossa *amefricanidade*.

Em Letícia Nascimento, mulher travesti, professora e pesquisadora piauiense, nos convida a pensar a infância como um campo de formação de humanidades, no qual as crianças têm, nas brincadeiras, instrumentos de aprender a ser. Na escola, lugar também formador, circulam discursos sobre quem pode ser ou quem não pode ser mulher, gerando experiências violentas para muitas crianças e adolescentes.

Chamar a professora para nossas práticas nos levam a repensar e perceber a pluralidade no ambiente escolar, para juntas/juntos desenvolvermos estratégias que façam da escola um lugar de acolhimento.

Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autodeterminação, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilar com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendo que não somos naturalmente generificadas, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos. (Nascimento, 2021, p. 19)

Junto ao seu processo de autodeterminação enquanto mulher travesti e dos estudos desenvolvidos acerca dos feminismos, a professora encontrou no transfeminismo o suporte para o desenvolvimento de suas pesquisas nesse campo. Assim, a pensadora negra entende que “o transfeminismo é o feminismo pensado a partir das experiências de pessoas trans e travestis. De pessoas que rompem com a ordem imposta em relação ao gênero hegemônico, que seria baseado na divisão sexual binária” (Letícia Nascimento

Apud. Ballesteros, 2022). O Transfeminismo nos instiga a pensar na desnaturalização biológica, por entender que também produzimos leituras sobre o nosso corpo no mundo.

A partir dessa elaboração de conhecimento, dialogando com a professora Letícia Nascimento, o gênero não é diretamente relacionado ao sexo biológico. Não temos determinadas condutas, ou vestimos determinadas roupas, ou brincamos de determinadas brincadeiras, porque nascemos com o sexo masculino ou feminino, realizamos essas ações porque fazemos parte de uma construção social. O Transfeminismo também questiona a concepção de que só podemos nascer homens ou mulheres, pois tal binaridade apaga a possibilidade das experiências de pessoas intersexo. Assim, “nós não somos nossos corpos, nós fazemos nossos corpos” (Nascimento, 2021, p. 40). Há várias maneiras de performar feminilidades e masculinidades, assim como também há pessoas cuja performance desvia da ideia binária do homem-sexo masculino e mulher-sexo feminino e não se sentem contempladas por nenhuma dessas classificações.

Entender a multiplicidade que nos atravessam e nossas existências, possibilita entender que recebemos diferentes leituras e somos oprimidas de diferentes formas. Dessa forma, podemos entender, também, a pessoa trans como uma pessoa com gênero próprio, para além do homem e da mulher (Nascimento, 2021). Incluir o Transfeminismo na prática diária de professoras e professores nos impulsiona a imergir ainda mais em reflexões sobre quais pessoas estamos falando em nossas aulas de histórias e de quais pessoas não estamos falando.

3 CONCLUSÃO

Partindo do entendimento de que as perspectivas e estudos desenvolvidos por pensadoras feministas negras precisam ser valorizados na prática historiográfica e no ensino de história, levamos um conjunto de ideias teóricas e metodológicas utilizadas para orientar a prática de professoras e professores. Compreendemos que um diálogo com intelectuais negras colabora com uma educação comprometida com o antirracismo, especialmente no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental. Desta forma, ler e conhecer essas vozes questionadoras, possibilita reconsiderar nossas práticas e o ambiente escolar, ao conectar conceitos como raça e gênero para pensar como estamos elaborando a História, quais personagens estamos acionando em nossas narrativas e que abordagem podemos adotar em busca de uma educação que valorize as várias possibilidades de existir de nossas crianças.

O Caderno de Atividades, que apresentamos parte do aporte teórico utilizado para o seu desenvolvimento, buscou estabelecer um diálogo com professoras e professores dos anos iniciais do ensino fundamental, mas também com educadoras/educadores das séries seguintes do ensino básico público e privado. Entendemos que é importante que pessoas brancas, mulheres e homens, também participem da luta antirracista, que contribuam, que entendam seu lugar como pessoas racializadas, para assim, também lutarem por uma sociedade mais igualitária. O antirracismo não é um movimento que deva ser defendido apenas por pessoas negras, mas sim, um compromisso coletivo.

Precisamos chegar antes, para que crianças e adolescentes negras/negros tenham referências positivas de si e que ajam em direção à sociedade. A ciência Histórica e a escola aparecem como espaços importantes para se pensar os diversos agentes sociais educativos. A escrita da História e a organização escolar, refletem as concepções de humanidade que nossa sociedade carrega. Os pensamentos feministas negros possibilitam a ampliação de nosso olhar para as construções e silenciamentos em nossas narrativas históricas. Que autoras/autores utilizamos em nossas análises? Que mulheres e homens são apresentadas e apresentados em nossas narrativas históricas e de que forma? Pensar que nada é natural é um desafio, que resulta em disputas e questionamentos que, por sua vez, refletem nossas identidades, brincadeiras, socializações no ambiente escolar e, por isso mesmo, podem abrir possibilidades de repensar e buscar mudanças, a fim de colaborar para uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BALLESTEROS, Nicole. *Subverter o Sistema: o transfeminismo na voz de Letícia Carolina Nascimento*. 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://catarinas.info/subverter-o-sistema-o-transfeminismo-na-voz-de-leticia-carolina-nascimento/>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro/dezembro/2014.
- CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos Feministas*, ano 10, nº 1/2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MORAES, Eunice Léa de. *Educação libertadora e feminismo negro: uma teia conceitual de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe*. Curitiba: CVR, 2021.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). *Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações*. São Paulo: Veneta, 2022.
- SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, 2007.